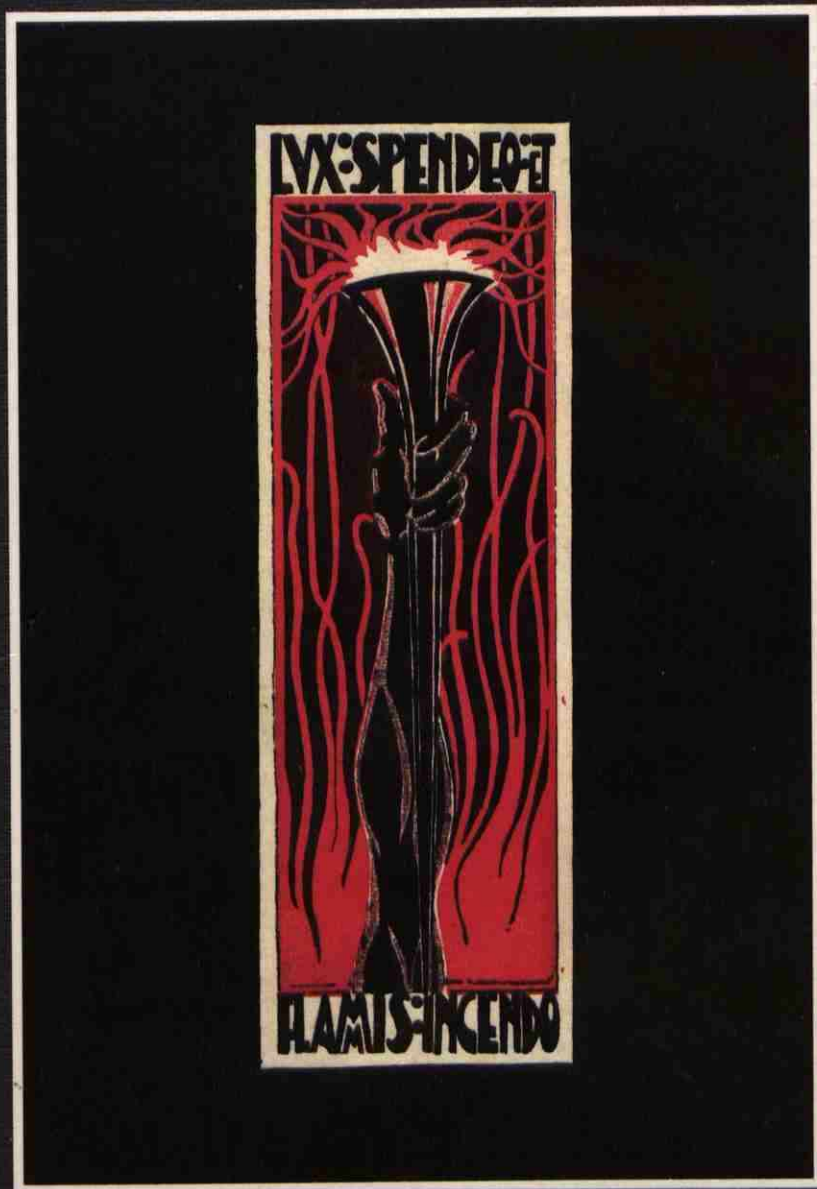


Antônio Reis • Eduardo Lourenço • João Freire • José-Augusto França
José Augusto Seabra • Manuel Braga da Cruz • Paulo Archer de Carvalho
Paulo Samuel • Rogério Fernandes

REVISTAS

IDEIAS E DOCTRINAS

Leituras do Pensamento Contemporâneo



REVISTAS ANARQUISTAS PORTUGUESAS: ENTRE A POLÍTICA E A CULTURA

JOÃO FREIRE

Tendo sido convidado para realizar esta conferência no quadro do Seminário Livre de História das Ideias que persegue um projecto de investigação sobre revistas culturais portuguesas entre 1900 e 1930, proponho-me falar-vos das revistas anarquistas que existiram neste período em Portugal, a partir dos seguintes pontos:

- 1) Em primeiro lugar, apresentar-vos-ei uma sùmula do que constituía o anarquismo, como ideologia e como movimento;
- 2) Em seguida, relatar-vos-ei o mapa da produção bibliográfica anarquista para o período em causa, no que à categoria das publicações de tipo “revista” diz respeito;
- 3) Uma aproximação às práticas sociais que permitiam a sustentação destas publicações – o que se compreenderá sobretudo dada a minha formação de sociólogo – constituirá o meu terceiro ponto;
- 4) Uma breve análise dos discursos – o conteúdo destas publicações – será o objecto do meu quarto ponto;
- 5) E, finalmente, terminarei com algumas observações conclusivas.

1. O ANARQUISMO EM PORTUGAL, NO PRINCÍPIO DO SÉCULO

Começo então por uma breve apresentação sobre o anarquismo, destinada tanto àqueles que apenas têm uma visão longínqua da realidade desta corrente como a permitir que sistematize as minhas próprias ideias e análises acerca deste fenómeno¹.

Várias e plurais na sua génese, as doutrinas anarquistas contêm um corpo doutrinário central de *filosofia política* – crítica ao presente e propostas alter-

nativas – em torno das noções de Estado, de sociedade, de indivíduo, de trabalho, de propriedade, de liberdade e de justiça. Mas, para além disto, elas incorporam igualmente um modo de explicação e de relação do indivíduo com o mundo que o rodeia: afectivo, cognitivo, humano, natural, histórico, cultural. Daí, a maneira como encaram a esfera religiosa, a sua filosofia do conhecimento, a sua ética, a sua concepção da educação e do que é a família, o amor e a sexualidade. Enfim, por último, mas não em lugar subalterno, temos uma *filosofia da praxis* anarquista – acção de intervenção na sociedade, organização e modos de entrever a transformação social – que tem, naturalmente, íntimas relações internas com os anteriores pontos doutrinários, podendo ainda levantar-se a questão de saber se, para além destas doutrinas político-sociais-ontológicas, existiria ainda no anarquismo alguma implícita teoria *estética* ou alguma teoria *psicológica* específica.

Propomos, pelo nosso lado, designar por *anarquismo social* aquele corpo de referências doutrinárias maioritariamente adoptado pelo militantismo anarquista em Portugal, consubstanciadas nestes parâmetros seguintes:

- *Anti-estatismo* – isto é, uma sociedade livre, sem Estado, ou seja com uma socialização e disseminação do poder político por todo o corpo social;
- *Anti-capitalismo* – propondo uma paralela socialização dos meios de produção, assente numa economia de necessidades;
- *Anti-teologismo* – promovendo uma desalienação religiosa e plena liberdade de consciência;
- *Racionalismo* – com base no livre-exame e no predomínio do espírito científico;
- *Ética* – assente na consciência individual, no hedonismo e no respeito pela natureza;
- *Educação* – para todos, fundada na aprendizagem;
- *Família* – livre na sua constituição, baseada no amor e na responsabilidade;
- *Trabalho* – autónomo, útil e criador;
- *Acção* – coerente com os fins almejados e directa, isto é, evitando os intermediários;
- *Organização* – participada pelas pessoas, e igualitária;
- *Transformação social* – por via revolucionária.

Designaremos, por outro lado, por *anarquismo individualista* e por *anarquismo místico ou religioso* as doutrinas que, conquanto comungando em vários dos seus aspectos com o anarquismo social, se distinguem também claramente dele, por algum ou alguns outros pontos. Embora também presentes

em Portugal, estas duas correntes tiveram contudo uma expressão completamente minoritária e marginal entre nós.

É uma questão controversa a inserção do anarquismo na grande família das doutrinas e das teorias socialistas que emergiram na Europa do século XIX. Mas pode dizer-se que o anarquismo social era certamente um socialismo, todavia mais ambicioso e radical que a maioria das outras variedades, em particular o marxismo. É, assim, compreensível que Silva Mendes possa escrever no seu livro *Socialismo Libertário ou Anarquismo*, publicado em 1896, com evidente regozijo, que são anarquistas “algumas das maiores individualidades da actualidade: Herbert Spencer, Kropótkine, Elisée Reclus, Tolstoi, Ibsen, isto é, o maior sociólogo, o maior apóstolo da liberdade, o maior geógrafo, o maior cristão, o maior dramaturgo”. Mas também que o mesmo autor possa concluir o seu texto dizendo, a propósito dos contornos da “sociedade comunista-anarquista futura”, que “a sociedade será, portanto, livre, pela associação federativa e espontânea dos homens para a vida, sobre a base da comunidade da terra e de todos os instrumentos de trabalho; quer dizer: a Anarquia será a igualdade, pela abolição da propriedade individual; e a liberdade, pela abolição de todos os governos”.

Numa curiosa pesquisa psico-sociológica – com os meios possíveis, para a época – Augustin Hamon procurou, também nos últimos anos do século XIX, investigar quais seriam os traços definidores do militante anarquista, chegando à conclusão de que a “mentalidade específica dos adeptos (...) da doutrina anarquista-socialista” seriam os seguintes: “1.º Espírito de revolta; 2.º Amor da Liberdade; 3.º Amor do Eu ou Individualismo; 4.º Amor ao próximo ou Altruísmo; 5.º Sensibilidade; 6.º Sentimento de justiça; 7.º Sentido da lógica; 8.º Curiosidade de conhecer; e 9.º Espírito de proselitismo. O anarquista-socialista é, por conseguinte – afirma ele –, definitivamente, um indivíduo revoltado, libertário, individualista, sensitivo, sensível, sedento de justiça, um tanto lógico, curioso e imbuído de proselitismo”².

Armado com esta informação de base, passo agora à tarefa de descrever, muito superficialmente, as diferentes fases e características da história do movimento anarquista – ou libertário (fazendo equivalentes os dois termos) – no nosso país.

Há uma primeira fase que vem desde os tempos da Comuna de Paris e da fundação de uma secção portuguesa da Associação Internacional dos Trabalhadores e dura até ao raiar do século XX. Nesta fase inclui-se a constituição de uma Fraternidade Operária em Lisboa que chega a organizar uns milhares de operários, a fundação do Partido Socialista (no contexto das lutas de tendências, sobretudo entre marxistas e bakuninistas, que atravessavam o socialismo europeu), a separação orgânica dos anarquistas em 1887 (quando publicam um manifesto e se organizam num grupo “comunista-anarquista”), as sequelas do bombismo e

do terrorismo europeu (nos anos 90) que entre nós não têm expressão prática mas que bastam para o governo decretar a criminalização da propaganda anarquista (lei de 13 de Fevereiro de 1896) e deportar para as colónias os agitadores indesejáveis e, por último, a progressiva emergência de uma nova estratégia de acção, designada por sindicalismo-revolucionário, que vem a ter um assinalável sucesso e permite que, nas vésperas da República, a orientação libertária seja claramente a mais dinâmica e ofensiva no meio do associativismo operário, possibilitando que o operariado assumia um papel de actor social, autónomo (e não de mera base social de apoio do Partido Socialista), no importantíssimo período de mudanças que se inicia em 1910.

As duas décadas que se seguiram, até à consolidação da Ditadura Militar e a sua transformação em “Estado Novo”, vêem o desenvolvimento, a estabilização e o declínio da influência do libertarismo no movimento operário e no país. É um período tumultuoso e conturbado, marcado por importantes perturbações internacionais – como a 1.^a Grande Guerra, a revolução socialista na Rússia e a emergência de movimentos políticos anti-liberais e anti-democráticos de sinal contrário: o comunismo bolchevista e os nacionalismos fascista ou nazi – que também vieram afectar profundamente Portugal. Dentro deste período e pelo que ao anarquismo português diz respeito, podem identificar-se quatro fases ou conjunturas distintas.

A primeira podemos localizá-la até cerca de 1913 e nela se assiste a um desenvolvimento notável do movimento sindical operário e, em geral, da influência dos libertários na sociedade portuguesa. Prosseguindo um movimento que vinha de três ou quatro anos antes, multiplica-se o número de sindicatos (inclusive entre o proletariado rural alentejano e ribatejano), criam-se novas estruturas de coordenação como sejam as Uniões Sindicais (locais, de sindicatos de várias especialidades), as Federações de Indústria (nacionais, de um mesmo ramo de actividade) e um centro nacional de direcção de todo este tecido associativo (que começou por ser uma Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, prosseguiu com a União Operária Nacional e desembocou mais tarde na Confederação Geral do Trabalho). Por outro lado, desenvolve-se claramente a propaganda, com o aparecimento de novos jornais e outras publicações operárias e anarquistas, a criação de Centros Sociais e Culturais de bairro (sobretudo em Lisboa e Porto) desenvolvendo actividades escolares, teatrais, musicais, etc., para um público popular urbano e disputando a iniciativa neste campo aos Centros Republicanos. Além disto, o número de grupos anarquistas sobe notavelmente (atingindo o máximo de 130 em 1913) e cria-se um conjunto de estruturas regionais (federações, uniões) que consolida e coordena aquelas formas típicas – mas excessivamente fragmentadas – de organização específica dos militantes anarquistas. Por fim, a protagonização de lutas e conflitos com as incipientes instituições

governamentais republicanas que tiveram como centro a chamada “questão social” (com greves e outras formas de luta operária), mas que abarcaram um conjunto de outros pontos de desajustamento da sociedade portuguesa de então incluindo, entre outras, a questão do exército e do militarismo, a luta contra a influência católica no ensino, a emancipação da mulher e a sexualidade, etc. Assim, se algumas destas questões puderam durante um primeiro tempo manter relativamente unidos republicanos e anarquistas (por exemplo, contra os movimentos restauracionistas monárquicos ou em favor do ensino laico), o contencioso entre ambas as correntes foi-se agravando pouco a pouco atingindo o seu auge sob o governo de Afonso Costa em 1913, que fez desencadear uma repressão policial sobre anarquistas e sindicalistas pelo menos tão dura quanto as dos piores tempos da Monarquia.

A segunda fase podemos localizá-la entre esta data e o sidonismo, ou seja, coincidindo em grande parte com a duração da guerra. Aqui, o principal motivo de oposição entre os governos republicanos e o movimento operário liderado pelos anarquistas foi, para além dos ressentimentos e das desilusões populares advindas da nossa governação, a questão da participação de Portugal na guerra e a defesa das colónias. Mas se, este, foi um tempo de refreamento do espírito ofensivo anterior, foi igualmente um tempo de recomposição de forças e de aperfeiçoamento dos instrumentos organizativos para acções futuras de maior amplitude.

A terceira fase inicia-se nos escombros dos finais da guerra, na experiência do sidonismo e na derrota da tentativa de restauração monárquica em 1919 e durará até cerca de 1923-24. É o apogeu da organização e da força social e política do movimento sindical da CGT (Confederação Geral do Trabalho), com o seu jornal diário *A Batalha*, com a ocorrência de enormes greves, choques com as forças da ordem, formas de violência larvar e, talvez sobretudo, com uma disposição atitudinal francamente ofensiva e optimista por parte dos militantes da “causa da emancipação social”, sobretudo os mais novos, acicatados com o exemplo da Rússia e sonhando já com uma república de soviets no nosso país.

Finalmente, a última fase corresponde, a partir daqueles anos de 23-24 e até 1934, a uma situação de refluxo da capacidade de mobilização dos meios proletários por parte dos núcleos activistas e militantes, fenómeno este que deve ser ligado sobretudo a três ordens de factores:

- Em 1.º lugar, à divisão política e ideológica que, a partir de 1921-22, se instaura no seio do movimento operário entre bolchevistas e anarquistas;
- Em 2.º lugar, às medidas políticas repressivas tomadas pelos governos do Partido Democrático, primeiro, e da Ditadura, depois, com grande número de prisões e deportações de militantes;

- Em 3.º lugar, à crise económica que, pouco a pouco, foi tocando os diversos sectores de actividade e reduzindo – pela pressão do desemprego – a capacidade de reivindicação dos operários;
- Em 4.º lugar, também pela ocorrência de uma espécie de “crise de consciência” dos anarquistas mais reflectidos, que se começam a interrogar sobre a validade da estratégia desenvolvida, sobre o impacto do bolchevismo, sobre o significado do fascismo e sobre as causas do fracasso da revolução social na Rússia e na Europa.

É claro que, a partir da derrota da tentativa insurreccional de Fevereiro de 1927, as condições de liberdade política em Portugal pioraram ainda. Se os sindicatos e os Centros Sociais de bairro ainda se mantiveram abertos, o seu funcionamento era sujeito a uma apertada vigilância policial e as estruturas de coordenação sindical tinham já de funcionar numa semi-clandestinidade, bem como os grupos e as federações propriamente anarquistas. A imprensa, por seu turno, passou a estar permanentemente sujeita à censura prévia, ou teve de optar pela clandestinidade.

Nestes termos, quando o governo já consolidado de Salazar decreta o edifício jurídico do Estado Novo e, em particular, o regime dito “corporativo” que colocava definitivamente o sindicalismo e as relações entre operários e patrões sob a tutela directa do Estado, é fácil compreender que o movimento operário livre – o libertário mas também o bolchevista e o resto que existia de influência socialista – se tenha procurado unir para organizar uma resposta decisiva, de vida ou de morte, a este desafio. Foi o que aconteceu com a tentativa de greve geral insurreccional de Janeiro de 1934. Mas também se compreende que, neste quadro sumariamente descrito, tal esforço não tenha sido suficiente para fazer cair a força repressiva do governo que, por outro lado, encontrava apoios de massas populares suficientes em outros sectores da sociedade (pequena e média burguesia urbana, campesinato do centro e norte do país, etc.) para estabelecer um “regime de paz e ordem” e liquidar a “demagogia dos partidos” e a “anarquia” que tinham reinado em Portugal durante duas décadas.

2. MAPA DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Não vou aborrecer-vos com incursões analíticas e classificatórias acerca da natureza da publicação de tipo *revista*. Dir-vos-ei apenas, para vossa elucidação, que, no âmbito da análise que realizei sobre a imprensa libertária, eu próprio classifiquei sob essa designação de *revista* um conjunto de publicações periódicas distintas dos *jornais* e também dos *livros e brochuras* e do

“outro material impresso, não-livro” (isto é, manifestos, cartazes, postais, etc.) que, no conjunto, constituíram as formas de suporte da propaganda escrita usadas pelos anarquistas.

Assim, ao lado dos 162 jornais que recenseei terem existido entre 1900 e 1938 – 111 dos quais classifiquei ideologicamente de *anarquistas* e 51 de *sindicalistas* – terá existido igualmente uma trintena de publicações periódicas libertárias de tipo *revista*. Note-se que, daquele lote de 162 periódicos não fazem parte os jornais que qualifiquei de *corporativos* devido ao facto de, sendo editados pelas associações de classe (ou sindicatos, locais), ou pelas correspondentes *federações de indústria* (nacionais), veicularem uma mensagem fundamentalmente de defesa de direitos sociais e profissionais do seus respectivo grupo, e não de difusão ideológica ou política. Estes foram, porém, em número bem superior ao daqueles, ou seja, umas largas centenas.

Se utilizarmos categorias classificativas secundárias para as ditas revistas, segundo o conteúdo da sua mensagem, podemos enumerá-las da seguinte forma:

Revistas teóricas difusoras do pensamento anarquista:

Temos, por ordem cronológica do seu aparecimento:

- *Revista Livre*, fundada por Campos Lima em Coimbra, em 1902, que apenas publicou 2 números;
- *Luz e Vida*, revista de “Sociologia, arte e crítica”, fundada por Ângelo Jorge no Porto, em 1905, com 6 números publicados;
- *Novos Horizontes*, revista de “Propaganda e crítica”, publicada por Augusto Machado, Tomás Rodrigues Matias, Miguel Córdoba e outros em Lisboa, entre 1906 e 1908, 14 n.ºs;
- *A Sementeira*, revista de “Crítica e sociologia”, animada por Hilário Marques, em Lisboa, com 93 n.ºs publicados, numa 1.ª série entre 1908 e 1913 e numa 2.ª série entre 1916 e 1919;
- *Paz e Liberdade*, revista “Anti-militarista, anti-patriota, sindicalista-revolucionária e neo-malthusiana” fundada por António da Silva Jr. em Lisboa (Belém e depois Carnaxide) em 1909, com 2 n.ºs apenas publicados;
- *Lúmen*, revista de “Sociologia e arte”, fundada em Lisboa sob a responsabilidade de Severino de Carvalho, publicando 14 n.ºs entre 1911 e 1913;
- *A Revista Social*, mensário “Livre” dirigido por Mateus Ruivo em Lisboa, 1916, com apenas 2 n.ºs publicados;
- *Germinal*, revista mensal dirigida por Emílio Costa, em Lisboa, entre 1916 e 1917, com 18 n.ºs publicados, fazendo seguimento ao jornal com o mesmo título que aquele fundara em 1915;

- *Aurora*, revista de “Sociologia, ciência e arte”, publicada no Porto, entre 1929 e 1930, com 14 n.ºs.

Revistas predominantemente literárias:

- *Amor e Liberdade*, revista de “Ciência, sociologia, literatura e arte” animada por Alfredo Barreto, Bento Faria e outros, em Lisboa, entre 1904 e 1905, com 8 n.ºs publicados;
- *Livres*, que ostentava o subtítulo “Sem ambições nem egoísmo – revista de literatura e crítica”, dirigida por Oldemiro César, no Porto, entre 1906 e 1907, 14 n.ºs publicados;
- *Nova Silva*, ponto de encontro do libertarismo e do republicanismo, dirigida por Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, Álvaro Pinto e outros, no Porto, em 1907, com 4 n.ºs publicados;
- *A Ideia Livre*, mensário de “Ideias, factos e comentários”, que segue idêntica orientação, sob a responsabilidade de Ângelo Jorge e outros, igualmente no Porto, entre 1911 e 1916.

Revistas de difusão cultural:

- *O Clarão*, “Doutrinal, instrutivo e noticioso”, dirigido pelo Carlos Nobre, no Porto, de saída irregular mas com 7 n.ºs publicados entre 1909 e 1914;
- *Amanhã*, “Revista popular de orientação racional”, dirigida por Pinto Quartim e Grácio Ramos em Lisboa, 1909, 6 n.ºs publicados;
- *Cultura Popular*, do Ateneu Popular de Lisboa, dirigida pelo mesmo Pinto Quartim, em 1919, com apenas 3 n.ºs publicados;
- *Amanhã*, quinzenário de “intuitos sociais para Portugal, Brasil e Colónias”, dirigido em Lisboa por Campos Lima em 1922, pela primeira vez com uma forma gráfica de *magazine*, mas apenas com 2 n.ºs publicados;
- *Suplemento Literário e Ilustrado d’A Batalha*, semanário que, às 2.ªs Feiras, saía em Lisboa no lugar do diário da organização operária portuguesa, com pelo menos 166 n.ºs publicados entre 1923 e 1927;
- *Renovação*, revista de “Arte, literatura e actualidades”, igualmente obra da editorial d’A Batalha, em Lisboa, com 24 n.ºs publicados entre 1925 e 1926;
- *Cultura*, revista “Literária, artística, científica, social”, dirigida em Lisboa por Campos Lima entre 1929 e 1931, com 17 n.ºs publicados;
- *O Globo*, semanário de “Cultura, doutrina e informação”, publicado em Lisboa por Jaime Brasil, em 1930, com 27 n.ºs publicados.

Revistas especializadas, com influências anarquistas:

Neste último grupo podemos identificar:

- *A Boémia*, revista “Literária, biográfica e de crítica social”, dirigida no Porto por Ângelo Jorge em 1901-1902, com 6 n.ºs, à qual se seguiu uma segunda *A Boémia*, revista de “Literatura e arte”, sempre no Porto mas em 1914, com 5 n.ºs publicados, sob a direcção de Amadeu Santos;
- *Arte e Vida*, publicação de “Arte, crítica e ciência” saída em Coimbra em 1904-1906;
- *O Fadinho*, órgão de “Crítica e propaganda do fado”, publicado por Carlos Rates em Setúbal em 1911 (2 n.ºs publicados);
- *La Vero*, publicação esperantista libertária editada em Lisboa entre 1922 e 1923, com pelo menos 15 n.ºs publicados;
- *O Vegetariano*, órgão da Associação Vegetariana de Portugal, editado no Porto entre 1909 e 1935 (além de um respectivo *Almanaque* anual), com uma fase inicial de clara influência anarquista, nomeadamente por via da acção do seu secretário-geral, Ângelo Jorge;
- *A Vida Natural*, a que se segue *A Cultura da Vida*, órgãos da Sociedade Naturista Portuguesa, publicados em Lisboa em 1922;
- *Educação Social*, quinzenário de “Pedagogia e sociologia” dirigido por Adolfo Lima, com 40 n.ºs publicados entre 1924 e 1925;
- *Educação*, órgão da União Educativa Portuguesa, editado por Mário de Oliveira em Lisboa, com 2 n.ºs apenas publicados em 1929.

Por último, devemos referenciar o tipo de publicação especial que são os:

Almanaques:

Nesta categoria, recenseámos três (além dos já referidos *Almanaques* d’*“O Vegetariano”*). São os seguintes:

- *Almanaque Cosmopolita* (para 1900), saído em Lisboa;
- *Almanaque de “A Aurora”* (para 1913), publicado no Porto, por iniciativa do grupo editor do semanário anarquista do mesmo nome;
- *Almanaque de “A Batalha” para 1926*, editado em Lisboa sob a responsabilidade do diário operário.

Como se vê, eis pouco mais de trinta títulos que podem corresponder à noção de “revista” e que foram editados em cerca de 30 anos por iniciativa dos anarquistas portugueses em Portugal. É sobre este material que agora vamos desenvolver alguns elementos de análise.

Vale, no entanto, a pena esclarecer que este acervo inclui a quase totalidade das revistas anarquistas editadas no nosso país (até ao 25 de Abril de 1974), já que anteriormente a 1900 só temos recenseada a existência de uma publicação deste tipo, *A Ideia*, com o subtítulo de “Periódico científico”, saída no Porto em 1898 e que nem chegou a ser periódica nem propriamente científica, já que apenas terá servido para publicar um texto de excelente valia teórica sobre o anarquismo, da autoria de Bernardo Lucas, consistente no discurso que, no tribunal da relação da cidade, aquele advogado proferiu em defesa dos anarquistas Cristiano de Carvalho, Serafim Lucena e outros. E que, sob o regime do Estado Novo, não foi possível continuar a publicar abertamente revistas, ou quaisquer outros periódicos anarquistas.

3. PRÁTICAS SOCIAIS DE PUBLICAÇÃO

As revistas anarquistas que identificámos foram quase todas resultado da iniciativa de pequenos grupos de prosélitos. Com excepção parcial da secção editorial d’*A Batalha*, a condição necessária e suficiente para o surgimento e a manutenção de uma publicação destas restringia-se à vontade, ao esforço e à existência de uma base de acordo – que era necessariamente política e ideológica, mas também de afinidade pessoal e, por vezes estética e atitudinal – entre apenas um punhado de indivíduos (homens, diga-se de passagem, já que raríssimo foi encontrar mulheres envolvidas nestas actividades, o que não acontecia forçosamente em outros domínios de envolvimento dos anarquistas).

Naturalmente, nestas condições, muitos projectos baquearam às primeiras dificuldades. E aqueles que puderam subsistir e influenciar duradouramente pessoas ou mesmo o curso dos acontecimentos fizeram-no com certeza à custa do reconhecimento que lograram granjear junto de um público leitor que, a partir de certa altura, correspondeu ao esforço dos editores. Mas não foram nunca revistas “suportadas pelo mercado”.

Tratou-se, assim, de iniciativas de grupos restritos, ou às vezes de um indivíduo apenas, que conseguia rodear-se de uma rede de apoios e colaborações, sempre voluntárias e graciosas, quer na redacção, selecção ou tradução dos textos, quer na parte da composição e impressão tipográficas, quer ainda na esfera da difusão e venda do periódico. Vejamos então, mais em detalhe, alguns desses grupos.

Senão escol militante mas antes, talvez mais propriamente, verdadeira elite intelectual e social, é o que encontramos no caso de um grupo anarquista notável, que promoveu a publicação *Germinal* em Lisboa, entre 1915 e 1917. Os seus membros – Emílio Costa, Augusto Machado, Bernardo Sá Viana, Severino de Carvalho, Mário Costa, Adolfo Lima e César Porto, pelo menos –

são quase todos eles elementos daquilo que designámos por “grupo de intelectuais libertários”, de origem e posição social média ou elevada e com estudos superiores. Neste caso, o principal elo de ligação interna que deu unidade e coesão à empresa terá sido provavelmente o espírito racional e analítico dos seus membros, além de serem também, todos eles, experimentados e activos militantes desde os anos do regime monárquico.

A esta característica interna somou-se a sua importante acção externa. Com efeito, o Grupo de Estudos Sociais “Germinal” dedica a sua actividade – para além do seu periódico e da publicação de algumas brochuras – à realização de cursos, conferências, estudos e outras formas de intervenção marcadamente cultural. Nesse sentido, pôde escrever um dos seus membros que o grupo se propunha “trocar ideias, elaborar pensamentos, criticar à luz de princípios os homens e os acontecimentos, sobretudo esclarecer teorias, agitar pontos de vista, isto por amor só da verdade”. E pôde, sem choques (já que o meio libertário era particularmente sensível a estes aspectos), o grupo vir a definir duas categorias de sócios: os “efectivos” – que eram o reduzido número de fundadores e cooptados – e os “auxiliares”, em número ilimitado, que eram os que, mediante o pagamento de uma contribuição financeira, tinham direito a frequentar os cursos, receber o periódico, etc.

Vejamos agora o caso do grupo editor da revista *A Sementeira*, também localizado em Lisboa e que revela uma grande duração no tempo pois que se constituiu formalmente em 1908 e terá durado até cerca de 1927, uma vez que, se a revista se encerrou em 1919, o grupo editorial prosseguiu, consagrando-se unicamente à publicação de brochuras.

Estaremos aqui perante um caso em que a vertente da sua acção externa – publicação de uma revista de grande qualidade e edição de brochuras muito apreciadas – terá jogado um papel importante para a manutenção do grupo. Porém, no plano da organização interna deste, a diferença com outros colectivos editoriais é notável. Em vez de uma dinâmica de grupo, temos, sobretudo, o papel de um indivíduo, sem grandes qualidades para ser líder de movimentos sociais mas que, mercê da sua infatigável acção, espírito metódico e organizador, consegue obter as colaborações indispensáveis para que o grupo e as suas obras sejam uma realidade e, além disso, uma realidade perdurável. O responsável deste sucesso foi, sem dúvida, o operário caldeireiro (depois mestre) do Arsenal da Marinha, Hilário Marques, embora este tenha contado com várias colaborações valiosas, mais ou menos duradouras, como as de Neno Vasco, um tal José Luís (que não pude identificar completamente) ou Ismael Pimentel, entre outros.

Com um funcionamento interno do mesmo género deste podem assinalar-se, por exemplo, os projectos postos em prática por Pinto Quartim, em 1908-09 com o jornal *O Protesto (e Guerra Social)*, e em 1913 com *Terra Livre*. Em ambos os casos, o grupo organiza-se à volta do projecto de um jornal anarquista

de curta periodicidade (semanal), mas, nestes casos, vem a soçobrar rapidamente quando cessa, por qualquer razão, a disponibilidade do seu grande animador.

É também o mesmo tipo de funcionamento – mas ainda mais dependente da individualidade do animador – que desenvolve o advogado anarquista João Evangelista Campos Lima quando lança, em 1922, a revista *Amanhã*. E se esta suspende pouco tempo depois, já uma segunda tentativa, em 1929, alicerçada sobre o trabalho editorial desenvolvido nos anos anteriores pelas suas Edições Spártacus, permite que, em condições políticas muito adversas, a revista *Cultura* consiga um sucesso assinalável.

Vejam agora o pólo oposto destas experiências, constituído pela secção editorial do jornal diário *A Batalha*. Trata-se aqui, não de uma iniciativa de grupo ou da uma rede de colaborações à volta de militante activo, mas de uma verdadeira empresa colectiva. Não – é certo – uma empresa comercial: se *A Batalha* contava com uma equipa de jornalistas profissionalizados e se os seus tipógrafos também viam remunerado o seu trabalho (às vezes feito em horas de folga do emprego), grande número de militantes oferecia a sua colaboração gratuitamente, quer na administração e mesmo na redacção do jornal, quer na sua difusão. A sua lógica era, sobretudo, identitária e proselitista. Por isso o jornal – e as publicações a ele ligadas – assumiram o estatuto de símbolo da causa por que se batiam no país uns bons milhares de idealistas. Nestas condições, as decisões de lançar o *Suplemento* e, mais tarde, o *magazine Renovação* (tal como as posteriores polémicas a que deram azo³) foram o resultado de discussões colectivas alargadas, onde se terão combinado tanto o genuíno desejo de educar ou de cultivar como a vontade de “ultrapassar a imprensa burguesa”, a luta de tendências internas que já grassava ou ainda os inconfessáveis interesses de jornalistas e escritores que já só da pena viviam.

Creio ser também interessante fazer uma referência às tiragens destas revistas anarquistas.

Se pegarmos nestes “produtos secundários da empresa” d’*A Batalha*, é possível pensar que a sua circulação seguisse com alguma aproximação a tiragem do diário: ora, tendo esta oscilado entre épocas baixas de 6 mil exemplares e cumes de vinte e tal mil, talvez com uma média na ordem dos 10 mil exemplares⁴, é admissível que o *Suplemento Literário e Ilustrado* e a *Renovação* possam ter tido tiragens médias na ordem dos 5 a 10 mil exemplares.

Como quer que seja, tais números seriam sempre significativamente superiores aos de todas as outras revistas que recenseámos. Com efeito, segundo as nossas fontes de informação, estas publicações teriam, todas elas, tiragens médias compreendidas entre os 1.000 e os 3.000 exemplares. Era muito? Era pouco? Deve apenas recordar-se o elevado analfabetismo existente em Portugal nessas épocas, a orientação ideológica destas publicações (que lhes cerceava certamente em muito a sua difusão) e, por último, a restrição suplementar do seu próprio

carácter teórico, literário ou estético. E ter presente o eventual “efeito multiplicador” de uma leitura não estritamente individual. Com efeito, vários testemunhos registaram a forma como a imprensa operária era lida em certos meios populares, muitas vezes através da leitura em voz alta, para pequenos grupos de trabalhadores, dando de imediato lugar a comentários e discussões, quer nas sedes de sindicatos ou outras agremiações, quer em barbearias, tabernas ou mesmo ao ar livre, em momentos de repouso do trabalho.

Finalmente, uma última palavra para as preocupações bibliográficas dos militantes libertários, que podem aqui ser postas em evidência através de dois exemplos concretos. Em primeiro lugar, as bibliotecas. Para além da existência frequente de bibliotecas próprias dos grupos anarquistas e destinadas à formação ideológica dos seus militantes, é ponto assente que os Centros Sociais e Culturais de bairro dispõem sempre de uma biblioteca para uso dos sócios e frequentadores do Centro. Mas observa-se também, sobretudo por volta dos anos 1908-1912, um movimento de criação de “Gabinetes de leitura”, que eram, no fundo, bibliotecas mais abertas a um público indiscriminado e mais animadas com a realização regular de debates, leituras comentadas e contraditórias, etc. Detectámos, entre outros, um Gabinete de Leitura Social, fundado em Lisboa em Junho de 1909, um Gabinete de Leitura Libertária, criado no Funchal em inícios de 1909, ou um Gabinete de Leitura Social, no Caramujo, Almada, em 1910.

O segundo exemplo diz respeito à intenção, nunca totalmente concretizada, mas pelo menos três vezes tentada, de se proceder a um levantamento exaustivo da bibliografia anarquista portuguesa, que pudesse permitir uma posterior exposição pública de todo o material bibliográfico recolhido com essa intenção.

O primeiro intento de que temos conhecimento terá surgido em 1909, por iniciativa de Ângelo Jorge, que faz anunciar o seu projecto na imprensa da época, nomeadamente no jornal *O Protesto*.

A segunda iniciativa tem lugar em 1913, no quadro do grupo editor do jornal *Terra Livre*, de Lisboa, sendo o seu responsável Afonso Manaças e tendo-se nessa altura conseguido recolher um apreciável número de materiais já raros, que estavam em mãos de particulares. A iniciativa abortou, devido às razões políticas que levaram ao encerramento do jornal.

A terceira tentativa surgiu dentro da União Anarquista Portuguesa, nomeadamente a partir do congresso de Janeiro de 1927, onde foi nomeada uma comissão para proceder à recolha e organização dos documentos bibliográficos, com vista a poder vir a reconstituir-se a história do movimento anarquista em Portugal. Desta iniciativa começaram a surgir os primeiros frutos na revista *Aurora*, do Porto, n.º 5, Janeiro de 1930, e seguintes, com a publicação de actas, correspondência, etc. Mas, uma vez mais, as condições políticas nacionais impediram a realização do projecto.

4. OS DISCURSOS

Seria fastidioso desenvolver aqui análises do discurso contido nas revistas anarquistas de um modo global. Prefiro, assim, recorrer a uma técnica, mais arriscada, de referência a uma dezena de casos exemplares.

O *primeiro* desses casos procura ilustrar o modo como os promotores destas iniciativas procuravam explicar *urbi et orbi* as suas intenções, no momento do lançamento de uma nova revista. É esta uma tarefa facilitada pelo facto de tais intenções serem geralmente objecto de textos de apresentação explicitando o projecto editorial da nova publicação.

Eis então, um exemplo dessas declarações, referente à *Ideia Livre*, “revista mensal de literatura, crítica e arte”, aparecida no Porto em 1911:

“O termo *livre* aposto à nossa *ideia*, qualificando-a, não significa tácita adesão a qualquer princípio de ordem política ou sociológica. Enganam-se os que tal supuseram. Nós não sabemos meter a Liberdade em gaiolas, mesmo de ouro. Abominamos os *Partidos* e desprezamos as *Seitas*. Somos *livres*: isto é, caminhamos pela Vida independentemente, sem muletas, pensando pela própria cabeça e sentindo com o próprio coração. Afora isto, não somos mais que uns trabalhadores modestos e honestos que nada pedem pelo seu trabalho, no nobre desinteresse das almas superiores. Nem um alfobre de imbecis, nem um viveiro de homens de génio. Enquanto outros *criticam*, papagueiam, asneiam, *aqui trabalha-se*, honestamente e sem desalentos, como formigas laboriosas e humildes.

Só o Trabalho é digno, só a Honestidade é valiosa.

Uma formiga vale mais que um zoilo mau.”

Um *segundo* caso refere-se à revista *Novos Horizontes*, saída em Lisboa entre Junho de 1906 e Maio de 1908. Eis três pedaços da sua prosa relativos aos temas da religiosidade, do idioma universal e ao regicídio, respectivamente:

“O ser humano hodierno – ainda muito terra a terra – já quase raciocina livremente, já induz e o que precisa para complemento é ter uma educação naturalista, livre de todas as peias que os prejuízos do passado antepõem à verdade da ciência. Quando se conseguir este *desideratum*, os indivíduos então induzirão os fenómenos cujas causas estão explicadas pela ciência e que outrora foram considerados como efeitos de vontades divinas, que as causas dos fenómenos por explicar ainda devem ter uma origem igualmente natural e portanto que não há motivo para atribuir o *incognoscível* a uma entidade, a um ser superior dotado de vontade, etc.

Hoje há já uma minoria de indivíduos que assim pensam; o que é preciso é que esta indução se generalize (...)” (n.º 2, Julho 1906).

Quanto ao Esperanto (e outros ensaios tentados na época):

“São tão evidentes as vantagens que para a humanidade adviria da adopção de uma língua internacional, comum a todos os povos, que desnecessário é tentar sequer a sua demonstração.

Os amantes da paz e da justiça, todos os que aspiram ver abatidas as odiosas fronteiras e com elas a escravidão moral e económica originada por uma organização social que torna o homem em algoz do seu semelhante, anseiam pela resolução de um problema de tão magna importância, pois eles não ignoram que, no número das dificuldades de toda a ordem que os homens encontram para se relacionarem, para se tornarem solidários, a diversidade dos idiomas é um dos obstáculos que se torna necessário derrubar com mais urgência para que o internacionalismo, tornando-se por esse lado um facto, permita aos homens entenderem-se mais directamente sobre a realização da grande obra de regeneração social que se vem operando através dos séculos (...)” (n.º 12, Agosto 1907).

E após a ocorrência do regicídio:

“Baqueiam os tiranos, morrem os poderosos, exterminam-se os grandes. Mas fica a Tirania, subsiste o Poder, continua a Grandeza.

Homens: tendes que fazer obra mais grandiosa do que mudar regimes, criar leis, substituir indivíduos. Se as consciências estão putrefactas, não é com uma simples mudança de instituições que elas se purificam; se a humanidade vive mal, não é com os artigos e parágrafos de leis novas que se transforma magicamente o seu modo de viver; se um governante comete infâmias, estas não desaparecem pelo facto de ir outro ocupar o seu lugar.

A vossa guerra não deve ser só dirigida contra os homens, que são um produto do meio social em que vivemos; a vossa guerra deve ser toda contra os princípios políticos que visam manter as actuais ou parecidas bases em que assenta a sociedade. E essa guerra deve ser sem tréguas(...)” (n.º 13, Abril 1908).

Um *terceiro* caso que gostaríamos de apresentar refere-se à revista *A Sementeira*, sobre a qual fiz em tempos um estudo aprofundado. É certo que esta revista não é necessariamente exemplificativa do conjunto das publicações deste tipo. *A Sementeira* é, incontestavelmente, não só a revista teórica de maior longevidade entre nós, mas também aquela cuja influência terá sido mais profunda e duradoura. Mas, por isso mesmo, a sua singularidade é-nos aqui de especial utilidade.

Assim, da apreciação dos seus 93 números publicados entre 1908 e 1919, pode dizer-se que o seu conteúdo se encerra nas cinco seguintes grandes categorias temáticas:

- a) *a afirmação de princípios ideológicos e organizativos*. Do princípio ao fim da sua aventura, é certamente esta a preocupação maior d’*A Sementeira*, aquela que lhe dá o cariz doutrinador que é o seu;
- b) *as grandes questões internacionais*. Convictos de que a “questão social” é, antes de mais, internacional, os editores da revista dedicam larguíssimo espaço a problemas como a guerra, as repressões e sobretudo as tempestades revolucionárias que, desde 1905 a 1919, assolam países como a Rússia, o México, a Alemanha ou a Hungria;
- c) *a actualidade política nacional*. Neste ponto é a República que está no centro de todos os problemas, sob a forma de comentário próximo: como proposta – discutível – de acção política até 1911; e como repressão governamental anti-operária e anti-anarquista, depois disso;
- d) *literatura e artes*. O conto, a poesia e o teatro concretizam o primeiro domínio; as artes plásticas – no caso, a gravura –, o segundo;
- e) *finalmente, informações de carácter diverso*. (Às vezes com clara intenção de deixar marcas documentais de acontecimentos em curso).

Quanto ao campo teórico, à parte *compreensiva* da sua mensagem, ela pôde ser inicialmente agrupada em cerca de trinta temas, cuja análise permitiu a sua arrumação numa estrutura que se pode pensar ser representativa do projecto que vigorava nas mentes dos responsáveis de *A Sementeira*. Ei-la:

1. Comunidade de elementos históricos, do *passado*, de que *A Sementeira* se pretende continuadora (referências à Comunidade de Paris, ao 1.º de Maio e aos Mártires de Chicago, à revolução francesa; biografias de grandes revolucionários, etc.).
2. Identificação daquilo que *é preciso transformar* na realidade presente, articulada à volta de quatro pólos fundamentais:
 - a) o sistema económico e social (incluindo o trabalho, a questão agrária, a situação da mulher, etc.);
 - b) o sistema político (a forma de regime, o Estado democrático, as eleições, o governo, as instituições repressivas, etc.);
 - c) as relações internacionais (em particular, os conflitos e as guerras);
 - d) e os costumes (vistos como conservadores e obstáculo às mudanças).
3. *Meios* que devem ser utilizados para enfrentar com êxito a situação presente, e que são, fundamentalmente:
 - a) a acção e a organização populares;
 - b) e a educação, a ciência e a cultura.
4. Finalmente, o *projecto* que os anarquistas têm em vista, estruturando-se, de maneira desigual, entre:
 - a) referências às tentativas revolucionárias coevas, noutros países;

- b) desenho, a traço grosso, da utopia social proposta;
 c) linhas da filosofia existencial, de vida, a que o anarquismo nunca deixa de fazer referência.

Em termos quantitativos do espaço editorial ocupado por cada uma destas classes, a análise a que procedemos forneceu os seguintes resultados:

Passado	20%
Situação a transformar	35%
Meios	27%
Projecto	18%
<hr/>	
Total	100%

Falemos agora dos *autores redactoriais* da revista. Ao longo da sua existência, *A Sementeira* inseriu textos de um número superior a 70 autores estrangeiros, com claro destaque para Malatesta, com mais de 20, Reclus, na casa da dezena, e Kropótkine, Robin e Mella, todos pela meia dúzia. Por origem nacional (ou linguística) os franceses destacam-se com 38% do total, seguidos de um grupo que se escalona entre os 14 e os 9% onde aparecem os italianos, os ingleses, os espanhóis, os alemães e os russos, restando apenas uma pequena faixa de 5% para todos os restantes (brasileiros, belgas, americanos, etc.).

É também curioso acentuar que, durante a sua primeira série, a secção de biografias ocupa um espaço certo e considerável na revista. Ora, dos 41 biografados, apenas um é português, sendo maioritários os franceses (42%), seguidos dos russos (20%) e italianos (10%). É interessante saber também que 63% dos biografados já tinham falecido e, quanto à sua qualidade predominante, dividiam-se pelas seguintes categorias:

Doutrinadores	38%
Militantes	32%
Escritores e artistas	20%
Cientistas	10%
<hr/>	
Total	100%

Quanto aos autores e colaboradores portugueses, eles são também numerosos e incluem os militantes libertários teoricamente mais preparados, tais como Neno Vasco, Ismael Pimentel, Emílio Costa, César Porto, Bento Faria, João Branco, Severino de Carvalho, Sobral de Campos, Afonso Manaças, José Carlos de Sousa, Campos Lima, Avelino de Sousa e ainda um bom número de outros, com participações menores ou mais esporádicas.

Mas embora fosse uma revista predominantemente teórica e doutrinária, ela concedia ainda assim uma parte apreciável à “literatura social” cultivando com frequência o género teatral, quer de autores estrangeiros quer de portugueses. Émile Zola, Octave Mirbeau, Máximo Gorki, Enrik Ibsen, Óscar Wilde, encontram-se entre os escritores estrangeiros mais traduzidos. Contudo, é praticamente inexistente a presença de autores portugueses de nomeada. Nem Antero, nem Eça, nem Junqueiro merecem a escolha dos editores. E, para além de um breve excerto de Garrett, apenas encontramos uma excepção a esta regra: a de Herculano, a cujo centenário do nascimento *A Sementeira* dá honras de 1.ª página, transcrevendo quatro trechos seus para que se recorde “o que o burguês cristão e liberal que foi Alexandre Herculano pensava da sua classe, dos seus irmãos em religião e mais destas duas instituições políticas que infelizmente nos regem: o Terreiro do Paço e a Mesa de Redacção”.

Por outro lado, as grandes séries ou folhetins, designadamente de referência histórica, são também uma das características da revista.

A análise da revista revelou ainda que cerca de um quarto do espaço editorial disponível era ocupado por notícias de actualidade, bem como informação administrativa, publicitária, bibliográfica, etc., e ainda uma secção de “utilidades para todos” onde Hilário Marques – a alma da obra – dava largas ao seu gosto de colecionador de “receitas” das mais diversas coisas, publicando verbetes relativos a agricultura e horticultura; artes e indústrias; culinária; higiene e medicina; história; além das inevitáveis fases da Lua e do calendário do mês em curso!

Por último, uma referência deve ser feita à forma literária e estética exibida pela revista. É frequente, por exemplo, a inserção de extra-textos e separatas contendo estampas de cenas heróicas de levantamentos populares ou retratos de personalidades. E, numa sintética apreciação, cumpre assinalar que, de uma forma geral, o texto d’*A Sementeira* é cuidado e de muito boa qualidade gramatical e mesmo literária – o mesmo se passando, aliás, com a apresentação gráfica (organização da mancha e tipo de letra). O estilo mais usual dos seus artigos situar-se-ia, digamos, um pouco além do jornalismo operário corrente e um pouco aquém da prosa daqueles que, como Alexandre Vieira, cultivavam preocupações de ordem literária. E se alguma particularidade pode ter distinguido, neste aspecto, *A Sementeira*, ela terá sido a ironia dos seus *sueños* dedicados à política nacional, o estilo mordaz e por vezes contundente das suas “deixas”, quer para adversários, quer para correligionários. Eis alguns breves exemplos:

Para os adversários partidários do eleitoralismo:

“Aprestam-se agora novamente para o combate eleitoral as diversas facções das várias igrejinhas políticas que geriram e que pretendem gerir os destinos da nossa sociedade. Em breve, os panúrgicos rebanhos irão eleger, dentre os seus *melho-*

res pastores, os que lhe não-de determinar todas as modalidades e formas de viver na envolvente teia legalitária que nos manietta. Sucedem-se os anos, sucedem-se os séculos, e a paciente e bestializante ignorância continua a manifestar-se com a mesma pasmosa e inútil actividade, esperando que da boca das urnas, e com o inofensivo papelinho, surja o pão e a liberdade por que se anseia.”

Outro, para os concorrentes socialistas:

“Dos dois órgãos do Partido Socialista Português, um acha que o protesto dos *nostros anarquistas* contra o procedimento do Governo de Espanha se tem limitado a palavras balofas, de mistura com insultos ao operariado espanhol; o outro afirma que os anarquistas cumpriram o seu dever (...) A que se deve atribuir semelhante desafinação?”

Outro ainda, para o companheiro de ideias *A Acção*:

“É isto então a nova fase do anarquismo? Ora meninos... empreguem melhor o seu tempo. Para *obrar* assim, gastam inutilmente papel, tempo... e energia.”

E finalmente para um antigo correligionário:

“João de Menezes, bacharel como toda a gente e ex-anarquista como tantos outros, achando pequeno o jornal, que subdirige, para os seus latidos de cão de fila das instituições, contra os libertários...”

Como se pode perceber, a verve polemista esteve muitas vezes presente nesta revista, sobretudo em textos não assinados, crónicas e pequenas notícias e comentários, certamente da autoria do seu animador Hilário Marques.

O quinto caso que desejaríamos citar diz respeito a outra revista teórica de grande qualidade, dirigida pelo intelectual Emílio Costa, constituindo a 2.^a série de *Germinal* e que se publicou em Lisboa entre Fevereiro de 1916 e Julho de 1917. Sem a parte literária e recreativa de *A Sementeira*, os seus artigos teóricos são em geral menos doutrinários e mais analíticos, apoiados igualmente numa informação séria, rápida e bem organizada.

Para apoiar com um só exemplo a capacidade autocrítica desta revista e do seu principal mentor, atente-se na seguinte passagem de um longo texto por ele redigido sob o título de “Revolução e propaganda”:

“(...) Assim se foi formando a crença na existência de uma minoria consciente, capaz de transformar a massa popular revoltada num grande instrumento de revolução social, depois da qual os homens, armados das suas convicções,

passariam a viver a harmónica existência da sonhada e decantada ‘sociedade nova’. (...)

Há tempos já que os acontecimentos da vida política portuguesa vinham mostrando a existência do mal; mas só com a guerra europeia, pondo a nu toda a fraqueza dos revolucionários, tanto para a acção propriamente dita, como para a manifestação de uma ideologia que definisse claramente as suas aspirações, mostrando-os conscientes do que queriam, é que o mal se patenteou em toda a sua grandeza, pondo-nos, diante dos olhos, o problema do remédio a dar-lhe. E quando se encara o mal bem de frente, sem, de qualquer modo, o disfarçar ou atenuar, resulta evidente e inadiável a necessidade de mudar de rumo, se não quisermos eternizar a impotência agora manifestada, condenando-nos a uma pura agitação de palavras e a actos de violência estéril, que cada vez menos amedrontam os nossos adversários, os quais sabem muito bem que, por detrás da oratória e da violência, está o vácuo das ideias concretas sobre a nova vida social, em nome da qual nos agitamos. (...)”

Sexto caso: um exemplo do conteúdo de uma das publicações que classificá-mos como revistas de natureza sobretudo literária, no caso vertente *Amor e Liberdade*, da qual extraímos esta passagem de um texto assinado por Bento Faria:

“Não se pode ser sábio, filósofo ou artista, tendo o coração afastado dos que sofrem. Para sentir as suas dores, para as compulsar, para as cantar é preciso sofrer com eles. Este é que é o materialismo da vida.

Sábios, vinde até nós e fazei valer a competência do vosso saber, artistas vinde alevantar a vossa arte; contando as nossas dores, os nossos sofrimentos, e os nossos ideais, numa palavra, tornando-a útil. Filósofos, vinde enveredar a humanidade no verdadeiro caminho de que desgraçadamente se afastou.

Sábios, filósofos, artistas, homens de boa vontade, dêmo-nos as mãos e sejamos solidários nesta santa cruzada. Ensinemos os ignorantes a tomar conta dos seus direitos. E, depois, podereis inventar, podereis produzir, podereis cantar à vontade, que a humanidade consciente vos abençoará.” (n.º 1, 1904).

Num pólo oposto situamos o nosso *sétimo caso*: o caso de um individualismo radical como o de Juliano José Ribeiro que, no seu jornal *Refractários* (que se publica no Porto em 1919) ensaia um exercício modernista de revolta estética que contesta as regras da ortografia e escreve, por exemplo, a palavra anarquia com um grande K. De maneira semelhante a Alfredo Pimenta, a Homem Cristo Filho e a outros, aquele Juliano Ribeiro terá sido mais um dos enfáticos propagandistas da revolta e do vanguardismo nascente – tanto político como estético – que passaram meteoricamente pelo anarquismo para desembocarem em áreas políticas dele radicalmente distantes.

Oitavo caso: é necessário também referir os dois produtos deste género saídos da editorial de *A Batalha*, que foram, evidentemente, os que maior expansão alcançaram. Referimo-nos, por um lado, ao “*Suplemento Literário e Ilustrado*” de *A Batalha*, que saía às segundas-feiras, quando folgava a edição normal do quotidiano e, por outro lado, ao *magazine Renovação* (“Revista Quinzenal de Artes, Literatura e Actualidades”), que se publicou entre Julho de 1925 e Julho de 1926.

O *Suplemento* constituiu uma inovação e uma aventura bem sucedida: “uma publicação única no seu género”, escrevia-se ao comemorar o seu primeiro ano de existência. Discordando da opinião de alguns de que “o proletariado necessita apenas de assimilar ideias de combate, renunciando à cultura, à arte, aos vários ramos da actividade mental”, os seus responsáveis apostavam em “difundir o gosto pela arte entre o povo e (...) anunciar todas as correntes da cultura contemporânea”.

Por seu lado, profusamente ilustrado, procurando ombrear com publicações de grande circulação na época (como a *Ilustração Portuguesa*) o *magazine Renovação* conseguiu concretizar, senão uma empresa economicamente viável, pelo menos um órgão de jornalismo cultural de assinalável qualidade.

Seguindo aqui a indispensável referência que é o livro de Jacinto Baptista *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora...*, são de destacar os seguintes nomes de colaboradores regulares destas duas publicações. Entre os jornalistas profissionais que se “formaram” nesta “escola” podem citar-se Mário Domingues, Cristiano Lima, David de Carvalho, Eduardo Frias, Artur Portela, Alfredo Marques, Pinto Quartim ou Jaime Brasil. Entre os militantes intelectualmente mais preparados encontram-se os nomes de Neno Vasco, Emílio Costa, Manuel Ribeiro, Campos Lima, Adolfo Lima, César Porto ou Adriano Botelho. Entre os militantes operários destacam-se as colaborações de Alexandre Vieira, José Benedy, Perfeito de Carvalho, Manuel Joaquim de Sousa, Santos Arranha, Manuel da Silva Campos, Mário Castelhana, Joaquim de Sousa, Alberto Dias, José Carlos de Sousa, Clemente Vieira dos Santos, José Carlos Rates, Raul Neves Dias, Joaquim Cardoso, etc. E entre figuras destacadas da vida intelectual e artística portuguesa podem mencionar-se os nomes Adelaide Cabete, Armando Lucena, Arnaldo Brasão, Assis Esperança, Bento Faria, Carneiro de Moura, Carvalhão Duarte, Costa Júnior, Eugénio Navarro, Ferreira de Castro, Julião Quintinha, Ladislau Fonseca, Nogueira de Brito, Rocha Martins, Tomás da Fonseca, Vitorino Nemésio, Francine Benoit, Maria de Sotto Mayor e Abreu, José Régio, Stuart Carvalhais, Roberto Nobre, Guilherme Filipe, Rocha Vieira, Bernardo Marques e outros.

Quanto ao conteúdo (e utilizando as palavras de Jacinto Baptista), “a par de artigos de divulgação cultural, em que predominavam os temas de política, história, artes literárias e plásticas (estas consideradas segundo perspectiva

muito convencional, abrangendo áreas e modos que hoje classificaríamos de *kitsch*), bem como os temas de profilaxia social, o *Suplemento* inseria uma página preenchida com textos de conhecimento úteis e vulgarização técnica: ‘O que devemos saber’; ‘Aproveitemos os nossos momentos de descanso para nos instruímos um pouco’; e uma página infantil – ‘Chico, Zecas & C.’”, a qual, segundo foi afirmado no Congresso Pedagógico de 1926, seria “de alto valor educativo”, pelo que “muitos professores aproveita(va)m os ensinamentos dos assuntos divulgados nessas páginas”.

Finalmente, o nosso *nono* e último caso: o de uma publicação de tipo especial: os *almanaques*.

À semelhança de outros países, à semelhança de outras escolas, também o anarquismo português se interessou pela publicação de almanaques. Foram apenas três os almanaques vindos a público, curiosamente espaçados por períodos de tempo precisamente iguais, conquanto as entidades editoras nada tivessem a ver umas com as outras e fosse dilatado o tempo que mediou entre estas iniciativas.

É em finais de 1899 que se publica em Lisboa o *Almanaque Cosmopolita* (para 1900) (abreviadamente A.C.). Embora não sendo explicitamente dito, o editor daquele almanaque parece ser a Biblioteca de Educação Nova, animada por António Evaristo, que aparece formalmente como a depositária deste primeiro almanaque libertário.

Entre os colaboradores portugueses figuram os nomes de César Porto, Kit (pseudónimo de Severino de Carvalho) e José do Vale.

Já dentro do regime republicano, o grupo anarquista *Aurora Social*, do Porto, que edita o importante semanário *A Aurora*, é o responsável por um novo almanaque que sai dedicado ao ano de 1913: é o *Almanaque de “A Aurora”*, (A.A.) que leva na portada os seguintes dizeres em subtítulo “Ciência, Sociologia, Arte, Crítica, Literatura, Filosofia e Revolução Social” e tem Tércio Miranda como editor.

Finalmente, a terceira e última iniciativa do género pertence à Secção Editorial de *A Batalha*, ao publicar o *Almanaque de “A Batalha” para 1926*, (A.B.), tratando-se, pois, de mais uma obra editorial da organização operária portuguesa.

1900, viragem do século; – 1913, ainda em plena ofensiva revolucionária; – 1926, força operária institucionalizada. O acaso quis que 13 anos mediassem entre cada uma das edições e que elas representassem momentos bastante diferentes do desenvolvimento do anarquismo em Portugal. Vejamos então, rapidamente, aquilo que mudou de um para outro almanaque – e que pode ser tomado à conta dessa evolução –, depois de termos visto o que se mantém relativamente constante e pode ser entendido como característico destas publicações anarquistas.

Pode pensar-se que as intenções gerais dos editores destes almanaques radicam sempre na oportunidade de fazerem *proselitismo*. A palavra “propaganda” não estava então carregada do sentido negativo que hoje, em larga medida, transporta. Por isso os anarquistas diziam abertamente que *desejavam* fazer o máximo de *propaganda* do seu ideal e assumiam-se como *propagandistas*. Desta motivação de base dá conta o editorialista do A.C. quando refere “o dever, que o panfletário marcava a todo o homem, de publicar o seu pensamento” (A.C., p. 5).

Ser almanaque implicava imediatamente – para os editores – a assunção de um certo quadro característico de publicação: a referência cronológica ao ciclo anual, a leitura distractiva, as informações práticas, as “curiosidades”, a cultura literária e a divulgação científica. É esse quadro característico dos almanaques que o mesmo editorialista tem em mente quando cita “as suas três características – mais uma do que todo o fiel católico dá ao seu Cristo – a de livro, a de revista e a de jornal” (A.C., p. 5).

É assim lógico que encontremos, nos três almanaques, referências paralelas à divisão do tempo, particularmente ao tempo anual. O A.C. inclui logo quase de início uma secção a que chama “1900 – Cronologia” e que consiste nos mapas-calendário dos doze meses do ano. Como, porém, se trata de uma obra propagandística, cada mês vem acompanhado da descrição de uma efeméride, facto ou biografia, que a ele se reporta: sucessivamente aparecem Proudhon, Gutenberg, a Comuna de Paris, Franklin, o 1.º de Maio, Bakunine, a tomada da Bastilha, Lassalle, a Internacional, Fourier, os mártires de Chicago e César de Paepe.

Por seu lado, o A.B. trata cada mês do ano de maneira mais completa, com várias páginas de informação histórica do calendário respectivo, fases da Lua, horas do nascer e do pôr do Sol, movimentos solares e estelares, indicações culinárias, de medicina caseira, cultura agrícola, etc.

Quanto ao A.A., optou por minimizar a parte calendário, reduzindo-a aos habituais quadros, ao mesmo tempo que concentra numa “Miscelânea astronómica, cronológica e geográfica” toda a informação deste género que os seus colegas dispersaram por secções mensais.

Outros trabalhos completam este tipo de leitura: designadamente “Calendários”, assinados por Hostiling e Frédéric Stackelberg (A.C., pp. 7-13), ou “A Formação da Terra – A Origem do Homem”, de Camille Flammarion (A.A., pp. 24-30).

Há também sempre presente a preocupação de dar informações práticas para o dia-a-dia da vida social: são disso exemplo as “Indicações Úteis” tiradas do Código Civil e do Código Comercial sobre o “serviço assalariado” e os “caixeiros”, respectivamente, ou ainda sobre o imposto do selo ou as taxas dos correios e telégrafos (A.C., pp. 63-67); ou o capítulo “Legislação” onde se condensam

notas sobre os acidentes de trabalho, os tribunais de árbitros-avindores, o inquinato e a regulamentação do trabalho (A.B., pp. 156-157).

Outro traço comum é a preocupação da leitura literária, do conto ou do poema de fundo social, que inspire à revolta ou à tomada de consciência. Podem citar-se, neste caso, “A união faz a força”, de Lamennais (A.C., p. 34), o soneto de Antero “Disputa em família” (A.C., p. 38), “O velho cão”, poesia de Guilherme de Azevedo (A.A., p. 38), etc. Contudo, no A.B. este aspecto é reduzido à sua expressão mais singela: a de simples máximas e pensamentos, as mais das vezes garantidos com a assinatura de uma personagem universalmente conhecida.

E por falarmos em personalidades, ocorre registar a preocupação de todos os editores em socorrer-se de textos traduzidos de autores estrangeiros, onde um fundo de moralidade e filosofia social, ou de cientismo, estejam presentes. Eis uma mão cheia desses nomes: Schiller, Turgot, Lamennais, Oscar Wilde, Ibsen, Spencer, Cristo, Jaurès, Guesde (todos no A.C.); Tolstoi, Franklin, Letourneau, Mirbeau, Shelley, C. Gide, Büchner (A.A.); Séneca, La Bruyère, Franklin, Marco Aurélio, Bossuet, Rousseau, Cícero, Santo Agostinho e outros (A.B.). E quanto aos anarquistas propriamente ditos, não faltam evidentemente nomes como Reclus, Domela Nieuwenhuis, Kropotkine, Jean Wintch, Delaisi, Malatesta, Cornelissen, Fábio Luz, Malato, Max Nordau, etc.

Vejamos agora aquilo que mais distingue, entre si, os três almanaques libertários a que nos vimos referindo.

A diferença de dimensão (A.C. 72 páginas; A.A. 143; A.B. 193) é uma realidade, mas ela dá pouca conta da evolução havida, salvo no aspecto – contudo importante – de que as capacidades financeiras dos editores foram aumentando. Não possuímos as tiragens exactas, mas é provável que este segundo aspecto – da difusão – esteja directamente relacionado com o anterior. Isto é: meios económicos e capacidade de difusão terão sucessivamente aumentado de 1900 para 1913, e de 1913 para 1926.

Mais importante nos parece contudo a estrutura temática de cada um dos almanaques e a evolução que aqui podemos identificar. Assim o A.C. mostra-nos um anarquismo relativamente pouco característico, com largas zonas de transição e de transigência para com outros sectores ideológicos vizinhos. Por um lado, encontramos textos sobre a propriedade, a exploração do trabalho, as cooperativas, etc., que são de conteúdo genericamente socialista (e alguns, de autores socialistas) mas que os anarquistas podem assumir também. Por outro lado, existem textos orientados para o combate à igreja católica e à religião, que se não distinguem (nem pelos argumentos, nem pelos autores) da literatura usada pelo sector republicanista português. É o caso, por exemplo, do soneto de Marinha de Campos dedicado a Franklin e contra os preconceitos religiosos (“O pára-raios”, A.C., p. 33). Como ilustração deste anarquismo proletário

largamente anti-clerical não resistimos a transcrever na íntegra um “Credo do operário” (A.C., pp. 60-61) que reza assim:

“Creio na Revolução Social, como em coisa onnipotente, portadora de bem-estar material e moral para toda a humanidade;

Creio na Liberdade, sua filha primogénita, única esperança nossa, a qual foi concebida por obra do sofrimento e nasceu do sangue dos mártires, padeceu sob o princípio da autoridade, foi crucificada, julgada morta e sepultada, desceu às trevas por efeito das perseguições, mas na aurora dum grande dia, quebrando as cadeias, ressuscitará como se fosse da morte, subirá às mais altas cumeadas da terra, sentar-se-á à direita de quarenta séculos de embrutecimento, e de lá inaugurará o reino da Igualdade, da Justiça e da Verdade;

Creio enfim no espírito-santo das rebeliões, na Santa Causa dos oprimidos, na comunhão dos bens, na ressurreição do proletariado, na restituição das coisas roubadas, e na vida feliz de todos e para todos.

Assim seja.”

Mesmo nos textos de anarquistas confessos, como Severino de Carvalho (“Definições: I – Da economia; II – Do socialismo”, A.C. pp. 35-37), César Porto (“A questão social é social”, A.C., pp. 29-32) ou Domela Nieuwenhuis (“Uma fábula”, A.C. pp. 56-58), a ideologia propagandeada é um anarquismo de mão estendida a socialistas e republicanos, ou seja, um anarquismo que pretende influenciar os movimentos operário e republicano, sem provocar demasiadamente as iras dos respectivos corifeus.

O mesmo se não passa já com o A.A. Neste, o anarquismo veiculado parece estar no máximo da sua pujança e auto-afirmação. Se ainda se podem encontrar velhos textos de Guerra Junqueiro ou de Ramalho Ortigão, o anarquismo tem agora espaço para se desdobrar em variadas facetas e cambiantes, abrangendo temas e áreas bem mais vastas da vida social. Por exemplo, “A medicina e o proletariado” (de J. Wintsch, A.A., pp. 49-53), “Miséria e revolução” (de Zeno Vaz, aliás Neno Vasco, A.A., pp. 55-59), “Como se faz um deputado” (de F. Delaisi, A.A., pp. 59-66), “Sindicalismo revolucionário” (de Neno Vasco, A.A., pp. 67-77), “Produção e distribuição” (de Malatesta, A.A., pp. 81-83), “Deus e pátria” (de A. Alacid, A.A., pp. 104-106), “Filhos?” (de G. Santos, A.A. pp. 102-103), “A Comuna de Paris” (de Malato, A.A., pp. 107-110), “A revolução mexicana” (de C. V. Santos, A.A., pp. 121-123), “11 de Novembro de 1887” (A.A., pp. 127-128), “Amor livre” (de A. Altavila, A.A., pp. 129-130), “Em colónia libertária” (de E. Chapelier, A.A., pp. 131-140).

Como se pode pressentir, os temas aqui tratados vão até certos aspectos sociais da saúde, ao neo-malthusianismo, à união e ao amor livres ou à vida em comunidade, para além dos temas mais habituais do sindicalismo e da

revolução e das evocações da sua história própria, como a Comuna de Paris ou os mártires de Chicago.

Finalmente, a impressão que se desprende da leitura do A.B. é a de que se está perante um anuário de uma (relativamente) grande organização. A vivência proselitista, o vigor da convicção parecem dar lugar a outros princípios de racionalidade e às razões colectivas, neste caso o movimento da Confederação Geral do Trabalho.

Com efeito, arrumada a “parte almanaque” nas primeiras 50 páginas, o resto do volume é simplesmente ocupado por um longo texto firmado por Alexandre Vieira sob o título “Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal, de 1908 a 1919”, uma “Resenha dos factos mais importantes ocorridos de Fevereiro de 1919 a Junho de 1925” (excelente cronologia tirada de *A Batalha*, com algumas fotos), um conjunto de biografias de militantes desaparecidos nos últimos anos e, finalmente, um repertório dos organismos sindicais, imprensa, etc. – para além, é claro, das pequenas citações e curiosidades que enchem os “brancos” da estrutura da obra.

Da modéstia e alguma ingenuidade de 1900, passa-se, pois, para a exuberância propagandística de 1913. A hipoteca republicana tinha sido resgatada através das provas da revolução e das lutas sociais de 1911-12, enquanto a guerra europeia, fazendo pairar a sua sombra sobre todo o período parecia ainda – aos olhos de muita gente – susceptível de ser travada *in extremis* e, sobretudo, transfigurada em revolução social. Por seu turno, o almanaque de 1926 transporta nos seus cromossomas os estigmas de uma guerra consentida e de uma revolução falhada (a russa). É por isso compreensível que o entusiasmo esteja ausente. A organização pode, pois, em alternativa, ditar as suas leis, orgulhar-se do seu historial, exhibir a dimensão da sua influência.

Esta é, claro está, a minha leitura. O que não impede que, nas intenções dos indivíduos que planearam, colaboraram e realizaram estes almanaques libertários, continuasse a ser a “propaganda da Causa” a primeira das suas preocupações. Todos certamente poderiam subscrever as palavras do editorialista de 1900 quando dizia que: “À chusma de almanaques que em fim de ano é por ai de rigor, mais um se ajunta – não à toa e sem reflexão, mas no firme propósito de ajudar, dentro de suas pequenas forças, à marcha da verdade, à grande obra de educação, que tantos e tão grandes espíritos traz empenhados, para libertação dos indivíduos e da sociedade” (A.C., p. 6).

5. BREVES NOTAS CONCLUSIVAS

Para terminar, gostaria de sintetizar em breves apontamentos aquilo que me parece terem sido os traços mais característicos destas publicações:

– As revistas publicadas pelos libertários integram-se no esforço geral de propaganda escrita das suas ideias, análises e combates que desenvolveram no período em referência.

– Porém, a natureza da publicação de tipo revista, convidando a uma leitura mais reflectida, ao mesmo tempo que prolongada e sequencial, por força da periodicidade da edição, prestou-se bem ao aproveitamento das suas páginas para fins mais propriamente culturais do que estritamente políticos.

– Neste sentido, as revistas constituíram um meio de estímulo à aquisição de bagagem teórica ligada à interpretação do social (da economia ao poder estatal, da psicologia ao simbólico, das normas sociais à ética), de uma cultura de base científica e de auto-educação da sensibilidade para os valores estéticos.

– Mas elas constituíram igualmente um estímulo e uma oportunidade de publicação para a produção escrita de uma camada de militantes e simpatizantes da causa libertária, letrados e cultivados na base do auto-didactismo, em particular aqueles de origem social humilde e de actividade manual.

– As estruturas de suporte destas iniciativas de edição de revistas foram essencialmente tributárias da autonomia individual e inter-individual, cristalizada nos “pequenos grupos” e nas “redes”, que marcavam toda a acção organizativa destes militantes, impedindo a emergência de lideranças autoritárias e de relações de poder-dependência, mas também limitando a consistência e a durabilidade destas empresas.

– O efeito do tempo e da experiência ao longo do período 1900-1930 fez-se sentir de uma forma relativamente atenuada sobre a produção destas publicações, não obstante a importância dos saltos que marcaram a situação política (República, ditadura de 26), embora se possa identificar um efeito de “acumulação organizativa”, de “profissionalismo” e de “escala” nos anos 20, e, inversamente, um empobrecimento da diversidade e da criatividade da produção teórica e literária de que estas revistas foram um dos principais veículos.

– Falando num sentido lato, para o pensamento libertário e para os anarquistas da época, o conhecimento e a cultura constituem elementos fundamentais de auto-emancipação social e humana contra as servidões de vária ordem que pesam sobre os indivíduos e as comunidades, e não apenas formas instrumentais de mobilização e acção políticas.

NOTAS

¹ A generalidade das informações e análises aqui evocadas pode ser apoiada pelos desenvolvimentos contidos na minha tese de doutoramento defendida no ISCTE em 1988 sob o título: “Ideologia, ofício e práticas sociais: o operariado e o anarquismo em Portugal, 1900-1940”, parcialmente reproduzida no livro *Anarquistas e Operários*.

² A. Hamon, *Psicologia do Anarquista-Socialista*, Lisboa, Guimarães, 1915.

³ No indispensável livro de Jacinto Baptista referenciado na bibliografia, referem-se algumas destas discussões. Mas elas foram mais amplas e duras do que ali se pode perceber. Ver o meu contributo sobre este assunto em J. Freire “*A Batalha no quotidiano*”, *A Batalha*, Lisboa, (143 e 144), Fevereiro e Junho 1994.

⁴ Parecem-nos, a este respeito, particularmente dignos de crédito os testemunhos de Alexandre Viera (que foi director d’*A Batalha*), Adriano Botelho (seu colaborador próximo e regular) e Aleixo de Oliveira (seu administrador), contrastando com os números avançados, já nos anos 70, por historiadores como César Oliveira e José Pacheco Pereira ou antigos militantes como Emídio Santana.

BIBLIOGRAFIA

Baptista, Jacinto – *Surgindo Vem ao Longe a Nova Aurora... (para a história do diário sindicalista A Batalha 1919-1927)*, Lisboa, Bertrand, 1977.

Freire, João – *Anarquistas e Operários*, Porto, Afrontamento, 1992.

DEBATE

— **Público** – Queria agradecer a conferência que acabámos de ouvir, as suas palavras esclarecedoras e panorâmicas, e gostava de colocar duas questões.

A primeira questão resulta de a leitura da generalidade destas revistas deixar a impressão de que os seus articulistas se limitaram a uma repetição prosélita, defendendo sem inovação as mesmas teses, de uma forma relativamente tautológica. Ora, na sua conferência, referiu alguns autores mais analíticos. Acha que esses autores terão dado algum contributo doutrinário, acrescentando algo de novo ao discurso que se repetia?

A segunda questão é a seguinte: da mesma forma que do ponto de vista diacrónico é possível definir vários momentos no movimento anarquista – como, aliás, começou por fazer – será que poderíamos caracterizar alguma diacronia de ideias, de temáticas, de polarizações dentro do discurso anarquista, tal como ele aparece nas revistas?

João Freire – Começando pela última questão, creio que sim. E isto de uma maneira que não foi pensada por alguém e depois aplicada por métodos descendentes, de organização, etc., mas gerado nos processos de debate interno do meio anarquista. Creio já ter feito esse esforço, num ou noutro momento, mas foi há bastante tempo e não tenho bem presente. Recordo, no entanto, a discussão acerca da estratégia sindicalista. É uma discussão que, tal como aludi de passagem, evidencia como no princípio do século – quando começam as revistas – esta estratégia não está de todo adquirida. Há grandes críticas racionais – mais ou menos fundamentadas –, grandes preconceitos e grandes obstáculos em relação à “ida para os sindicatos”. Na altura, as associações de classe – os sindicatos – ou eram meramente corporativas ou tinham, como acontecia em geral, à sua frente gente ligada ao partido socialista ou, para ser mais exacto, aos partidos socialistas – já que existiam dois. Achava-se que a rotina da acção sindical não potenciava o desenvolvimento das ideias do anarquismo e, portanto, havia muitas restrições a essa estratégia. Uma boa parte de um debate de segunda linha – não o do texto do jornal ou do panfleto que se imprime para se difundir entre os trabalhadores, mas o veiculado nos congressos e na imprensa mais deste género – é acerca dessa estratégia.

Quais eram, eventualmente, as alternativas? Era uma alternativa mais insurreccional, mais bebida nos momentos exaltantes de uma Comuna de Paris, de uma Revolução Russa.

Justamente nos anos de 1905, 1906 e 1907, a questão voltou a ser discutida – estamos agora a entrar numa fase de acção paciente e de educação social –, alterando a prática que os socialistas tinham nesses sindicatos, essencialmente, fazendo acção quotidiana – reivindicações de condições de trabalho, de salários, etc.

Isso não é, digamos assim, perder de vista que a revolução pode surgir de um momento para o outro, porque ocorre inopinadamente, já que as condições objectivas, julgam eles, estão lá, é apenas questão de uma comoção mais psicológica que, de um momento para o outro, pode ocorrer.

Essa é uma questão muito discutida neste tipo de publicações.

Uma segunda é a questão política da República. O partido anarquista – se se pode falar assim – até à insurreição, até 3 de Outubro, está dividido entre aqueles que acham dever ajudar revolucionariamente os republicanos – preparando a artilharia civil, entrando na carbonária, etc. – e aqueles que crêem que isso é ajudá-los a instalar o seu poder futuro, perder tempo e ir para uma frente inter-classista. Portanto, essa é outra questão. A própria revista *Sementeira* é, a esse respeito, muito curiosa. Se, por um lado – ao criticar Bartolomeu Constantino por aparecer junto a republicanos e Martins dos Santos por, em Setúbal, se aproximar muito do jornal local socialista – dá a visão daqueles que se opunham radicalmente a essa ajuda; por outro lado, no mês seguinte ao Outubro de 1910, publica a fotografia de um obscuro militante do grupo que pereceu nas barricadas da Rotunda e que é homenageado. A própria revista confessa, *a posteriori*, que vários dos seus membros participaram revolucionariamente no evento. Mas também não se sentem comprometidos em nada nesse dia; quer dizer, passada a Revolução continuam a sua luta.

Esta questão, a da República, vai permanecer, conquanto em contextos, em conjunturas, que se vão evidentemente alterando, ao longo de todo este período.

1912 é o ano da fase mais aguda de confrontações entre as novas instituições e o movimento operário, digamos que o idílio termina aí.

Mas, então, coloca-se a questão: como reagir perante as ameaças que a própria República sofre? E perante a monarquia do norte, a insurreição monárquica de 1919? E perante a emergência e ameaça do fascismo?

A questão do fascismo, desse fenómeno novo, é percebida muito cedo. Por força da extraordinária rapidez com que eles lêem os jornais estrangeiros congéneres e com que se correspondem, militante a militante, entre si, rapidamente aparecem ou traduções de textos de italianos – a dizer, por exemplo, quem é Mussolini – ou análises de portugueses a chamarem a atenção ao que se desenha por aí. A questão que colocam é a de saber se vale a pena, apesar de tudo, mobilizarem-se para manter esta República e impedir que soçobre? Temem que venha um cesarismo, mas não se sabe muito bem o que vai vir.

No final dos anos 20, é muito claro que há uma espécie de exame, até porque as oportunidades para a acção e para a propaganda estão diminuídas. Inicia-se um período de reflexão sobre o que se fez bem e o que se fez mal, com esta estratégia de ida para o movimento operário e para os sindicatos.

A partir de 1920 ou de 1922, tinha-se feito o balanço dos resultados da Revolução Russa, sendo claro, para os anarquistas, que não é aquilo que eles queriam, o que motiva críticas cada vez mais violentas.

Há, na época, outros debates, por exemplo, os debates que ocorrem no anarquismo internacional sobre se não se deveria rever a posição anti-partido e se assumir

organizadamente como vanguarda. Há uma corrente que emerge nesta altura, chamada anarco-bolchevista, em que uma parte dos anarquistas russos defende a introdução de alterações na sua concepção organizativa. O individualismo, o grupismo, etc., impediam a constituição de uma organização mais alargada. A noção de federação tenta contemporizar com estas autonomias de base, mas não é um partido. Ora há um grupo, uma tendência que se desenha – que, em Portugal, também tem reflexos – que diz que, se queremos ser actores intervenientes e decisivos de uma futura revolução, temos de organizar uma espécie de vanguarda, de introduzir a noção de responsabilidade colectiva, etc. Ou seja, cada qual não pode fazer aquilo que lhe apetece.

Voltando à questão, eu julgo que sim. Creio claramente que o conteúdo demarca uma sucessão de temas e de discussão das novas questões que se vão levantando.

Quanto à primeira questão, tenderia a dizer que há uma repetição ideológica do mesmo conjunto de temas doutrinários – procurei, no início da minha apresentação, descrever os fundamentais – e que é essencialmente da ordem do credo, de uma convicção forte, ancorada. Já defini esse conjunto de princípios doutrinários como uma tentativa de compatibilização de ideias relativamente tradicionais, da modernidade, de conjugação, fundamentalmente, da liberdade e da igualdade, de uma forma algo mítica ou que, pelo menos para alguns autores, aparece projectada sobre uma imagem de futuro que não dá grande espaço à identificação de estratégias de transformação. Isto em termos analíticos.

Diria que aqueles militantes que ensaiam, nessa época, uma observação, uma análise e uma tentativa de correcção, de rectificação em função dos erros, uma intervenção mais fundamentada e menos crente, têm pouca aceitação. É o caso, a meu ver, deste grupo de intelectuais que denomino de libertários. Vários deles continuam até ao fim a considerarem-se e a falarem como anarquistas. É o mesmo grupo dos que, por exemplo, em 1945/6 – permita-se-me o salto no tempo –, na expectativa de uma queda do regime português, pensaram sobre o que poderia ser uma República avançada – uma República com algumas marcas de libertarismo – e não na revolução social. Nessa época, João Campos Lima, Alexandre Vieira, Jaime Brasil e outros redigem um projecto de constituição da república democrática que pensam poder negociar, discutir com o sector republicano, mais até do que com o sector comunista. São claramente, todavia, iniciativas de grandes personalidades, indiferentes à maior ou menor receptividade das suas ideias no meio militante. A minha convicção é que neste meio aprende-se pouco a partir destas iniciativas e que, portanto, está-se muito por crença, por afirmação e por experiência – por experimentação das consequências da acção, etc...

P – Sei que o tema é sobre as revistas mas, segundo a minha leitura do anarquismo – a impossibilidade de se desligar a prática e a teoria –, estranhei ter assistido a uma apresentação eminentemente teórica, a um olhar histórico da evolução da forma e conteúdo dessas mesmas revistas. Pelo tipo de discurso, cheirou quase a mofo, na medida em que me pareceu uma análise de coisas enjauladas em arquivos e em tudo o mais; em que as pessoas olham, analisam à luz de hoje, mas como se tivessem completamente encerradas no passado. Isso fez-me um bocado de impressão. A pergunta que quero

colocar trata de trazer a questão ao presente. Como se coloca, na actualidade, a questão do anarquismo em termos teóricos e práticos, de fundamentação e de estratégia, e qual o papel das pessoas que se colocam desse lado? Trata-se de um papel que se reduz à questão meramente teórica de análise ou, no distanciamento face a isso, é simultaneamente de acção?

JF – É na qualidade de alguém que fez trabalho de investigação histórica que estou aqui. Sou sociólogo e, portanto, procurei fazer uma sociologia histórica. Só não é história-história – se posso dizer assim – porque ainda pude obter informação directamente de pessoas que foram testemunhas e que foram actores de alguns destes acontecimentos. Mas basicamente, de facto, cheira a mofo, como você diz – os papéis estão amarelecidos. E é nessa qualidade que aqui estou. Eventualmente, saberão que fui director de uma revista mas nessa qualidade, aqui, não intervenho. Peço desculpa.

P – Relativamente à censura que era feita a estas revistas, à repressão destas actividades, gostaria de saber se existem números relativamente a isso e que números é que são esses. Também gostaria que nos explicasse os ciclos de proliferação de revistas, quer do seu número, quer do tempo de duração de cada uma, com uma redacção maior ou menor. E de que maneira isto estava ligado aos ciclos de acção pública, nomeadamente no Estado Novo.

JF – O período que o Seminário procura tratar – de 1900 a 1930 – corresponde exactamente ao período de produção bibliográfica deste género de publicações. Ou seja, antes de 1900 só conheço uma revista que é uma falsa revista – é um número único que se chama *A Ideia, periódico científico*, que, de resto, é um excelente texto doutrinário. Mas é uma iniciativa isolada. Depois de 1930 também não encontrei nenhuma revista ou aparentada.

Diria que, tal como nas conclusões que citei mas abreviadamente, o sucesso da organização operária que permite ter uma imprensa no sentido não económico mas de organização, com responsabilidades, com obrigações de publicação inadiáveis, um diário, um semanário, um quinzenário (estou a citar as três periodicidades das publicações fundamentais da *Batalha*), afirma-se ao mesmo tempo que há um empobrecimento da diversidade, da capacidade de iniciativa e da florescência de publicações de natureza política e/ou cultural que marcam uma primeira fase. Portanto, se fizermos uma análise das publicações, da produção, das durações, etc., concluímos que até à guerra, 1913/1914, há um maior florescimento, uma maior diversidade, uma maior iniciativa; depois da guerra, há menos iniciativas, menos revistas, mas de tiragens e de difusão mais alargadas, mais eficazes e institucionais.

Não tenho aqui as médias mas diria que relativamente ao sucesso, à longevidade destas iniciativas, existem duas categorias. Ou elas falham e duram três, quatro números – é o caso, provavelmente, de metade das trinta e poucas revistas que recenseei – ou conseguem ter um eco, ter leitores, ter gente que regularmente a compra, a exige, reclama, ajuda e, neste caso, temos algumas durações mais alargadas.

Por vezes, são as condições externas, políticas, nomeadamente o aparelho censório, que actuam. Quanto a isso, julgo que, no período da monarquia, não se vê que estas

revistas sejam fundamentalmente afectadas pela censura. Lembro que estava em vigor a lei anti-anarquismo, de 1896, que criminalizava a propaganda. Portanto, por delito de propaganda podia-se ser preso e deportado. Mas já não era aplicada nem por delitos de opinião nem para este tipo de revistas. Era deportada para Timor, Oriente e África – mas sobretudo para o Oriente – gente ligada a insurreições e insubordinações. Por exemplo, na sequência da revolta dos marujos, em 1906, houve gente deportada. Nunca consegui identificar muito bem o seu alcance, mas tinha certamente ligações ao republicanismo, ficando em dúvida se havia uma intencionalidade política bem vinçada ou se foi fundamentalmente uma revolta contra a disciplina militar – que é o aspecto posto em evidência pelos anarquistas.

Julgo que a censura sobre as revistas, em particular no período até à República, não se exerce de maneira significativa.

Durante o período da República, são mais os jornais que são censurados do que propriamente as revistas. A *Batalha* está cheia de exemplos em que surgem espaços em branco que evidenciam ter sido sujeita a censura. Isso acontece frequentemente. Outras vezes é o próprio jornal que é encerrado – não só a *Batalha* mas vários jornais são encerrados.

Logo a seguir à implantação da República, em 1911 e 1912, os mais jovens acentuam muito a questão do militarismo nascente ou renascente. Pensa-se, durante um primeiro período, que a defesa da República e do Estado republicano poderá talvez ser feita segundo o modelo suíço da organização militar de tipo miliciano – o povo em armas, com a espingarda em casa, a ir ao domingo à instrução, etc., e apenas um enquadramento ligeiro. Mas esta visão – um dos pontos de aproximação de um certo sector do republicanismo do libertarismo, há uma liga anti-militarista a favor da arbitragem dos conflitos internacionais, em vez da guerra, e de uma série de iniciativas desse tipo – rapidamente é posta de lado. Eles vêem nisso uma continuidade, embora tivesse havido depuração política nas forças armadas – muitas pessoas foram saneadas, tal como viria a acontecer no 25 de Abril, por conivência, por adesão ideológica. Em 1911 e 1912, o anti-militarismo começa a fazer mossas, incomoda visivelmente as autoridades.

O neo-malthusianismo – tema que me deu um grande prazer estudar – tem uma enorme violência e percebe-se que, sendo um problema social significativo, não garante grandes consensos. Enquanto, por exemplo, a luta contra a prostituição, a denúncia da situação de inferioridade social da mulher, a orientação para uma escola mais racional, mais laica e complementando a família, praticamente faz a unanimidade dos novos sectores predominantes ideologicamente. E, nestes domínios, imensas iniciativas podem ser feitas – e são, de facto, feitas – em comum, entre anarquistas, republicanos e socialistas. Toca-se nas questões da sexualidade, do controlo dos nascimentos e aí há, de facto, pontos sensíveis. Acabam por sair medidas legais repressivas e os animadores disso são perseguidos. Essa é uma frente que vai durar até 1924, 1925. Porque também havia simultaneamente – e esse é um caso curioso – uma quantidade de gente ligada ao sector da saúde – enfermeiros, alguns médicos e farmacêuticos – que veiculavam muito fortemente os meios contraceptivos. Os médicos e um conjunto de correntes de opinião

muito fortes na sociedade portuguesa consideraram isso a dissolução dos costumes, etc. Vai ao ponto de progressivamente impedir a propaganda e, depois, a venda, etc. Mas percebe-se que é um ponto sensível.

Entre 1929 e 1930 – período dentro da ditadura militar que me chamou a atenção e que é o período do governo do General Domingos de Oliveira –, assiste-se a um certo abrandamento da repressão e, nomeadamente, da censura. Conquanto todas estas publicações tenham censura prévia, são autorizadas. Por exemplo, a *Batalha* volta a sair. Uma série de jornais, que já não eram simplesmente dos sindicatos mas das federações, voltam a sair, são autorizados. E entre 1926/28 não o eram. Portanto, há ali um período de dois anos em que a censura abriu e eles aproveitaram. Depois disso não há mais.

P – Como é que estas revistas vêem a questão económica e, inclusivamente, a própria inflação que estava a surgir neste período no país? Que sugestões tomam?

JF – Eu diria que a economia é um dos domínios fracos da produção escrita da imprensa e destas revistas do campo anarquista. O único que conhece alguma coisa de economia é capaz de ser o Emílio Costa. E internacionalmente passa-se a mesma coisa. Na produção marxista, nessa época, surge uma série de autores que procuram perceber a economia em que estavam. Não creio que isso tenha acontecido no anarquismo. As bases económicas do anarquismo são as que eram património comum de praticamente todos os socialismos, do capitalismo dos meados do séc. XIX. Em alguns campos chega a haver uma grande incompreensão, por exemplo, em relação à economia agrária, o regime de exploração da terra, etc.

Agora, sobre os efeitos, há reacções, mas não nestas revistas – até porque as revistas mais teóricas já não existem neste período; existem, sim, as de difusão genérica, tipo magazine. Há a percepção de que depois da guerra o capitalismo ficou desorganizado e, portanto, o que se segue, no caso português, é uma sucessão de crises que vão tocando sector a sector. Tem-se a percepção das dificuldades de regulação da economia, sobre as quais não tanto as revistas, mas o movimento operário reflecte, analisa e procura dar respostas. Citaria uma ou duas das principais: a questão da diminuição do tempo de trabalho. A CGT chega a propor as trinta horas como horário semanal de trabalho. Mas mais do que isso muitos sindicatos praticam, efectivamente, uma partilha do trabalho disponível. Isso tem a ver com alguns traços de solidariedade que efectivam e nos quais se afrontam com a corrente bolchevista. Conscientes da economia em que vivem – o patronato, a propriedade privada e o assalariamento – procuram dividir irremediavelmente o trabalho que existe.

É uma atitude muito típica dos anarquistas recusarem, por uma questão de dignidade, o subsídio. Não querem, não reclamam, por exemplo, o subsídio de desemprego. Em 1932, há um episódio relativamente interessante – o Partido Comunista faz uma mobilização forte para reclamar o subsídio de desemprego. Nessa altura as taxas de desemprego não atingiam apenas um ou outro sector, sendo todas bastante elevadas e a CGT desencontra-se com eles. De resto, foi daí que saiu o famoso 2%. Em seguida o governo procurou dar uma resposta e criou o fundo de desemprego; criou um desconto

de 2% nos salários que seria destinado a alimentar esse fundo de desemprego. Ou seja, os comunistas pediam um subsídio e eles trouxeram um desconto que deveria servir para criar emprego ou dar subsídio. Mas este, como se sabe, não existia.

Creio que o movimento operário – os seus organismos, os seus militantes, os seus estados-maiores ou os conselhos superiores – tem este género de respostas para uma economia mal, ou menos nada, percebida e analisada.

P – Num período ainda anterior, entre 1914 e 1918, poderiam alguns desses colaboradores das revistas anarquistas terem participado na guerra e, quando de retorno ao país, que ideias ou influências de outros indivíduos pertencentes a grupos internacionais traziam?

JF – Julgo que as consequências da participação de Portugal na guerra, nomeadamente em França, foram politicamente muito importantes. As tropas portuguesas foram mobilizadas para França em condições muito complicadas e, segundo alguns, mesmo indignas. Não só em relação aos próprios mas também em relação à dignidade nacional, por exemplo, a tropa ir desarmada e ser armada pelos ingleses, nas traseiras do campo de batalha, foi visto, por alguns, como uma certa afronta.

Agora, a tropa era em número considerável. Assistiu-se a grandes motins nos exércitos em confronto, nomeadamente do lado aliado. Não domino a questão quanto ao lado alemão, mas tendo a imaginar que desse lado também tivesse havido coisas semelhantes. Sabe-se que havia comunicação entre os lados da frente de batalha – comunicação que passava por vezes por pequenos acordos entre as tropas das primeiras linhas. Ora, os motins são importantes e são debelados do lado ocidental com mão-de-ferro, com dezenas de fuzilamentos. Portugal não foi atingido directamente – só houve um fuzilamento, creio eu, e não por esta razão. Mas a consciência do soldado como carne para canhão é muito aguda e, sobretudo, no final da guerra. Vale a pena lembrar que a guerra faz-se e nas trincheiras, apesar das censuras e tudo o mais, sabe-se o que ocorre na Rússia e, digamos, o desfecho da frente leste. E, por outro lado, quando acaba, em Novembro de 1918, no lado ocidental, termina com uma situação que se torna ou se vive como revolucionária na Alemanha. É a frota que se amotina, são as tropas que debandam, etc.

Ora bem, o retorno desses milhares de jovens portugueses a Lisboa faz-se em condições de uma enorme agitação. Há tropa que mal desembarca já não comparece mais nos quartéis; há aqueles que vêm sob prisão disciplinar, para irem para o Forte de Elvas, e que fogem pelo caminho – já tinha havido todas as manifestações de dissensão, que de resto foram muito exploradas pelo partido conservador, pelo partido monárquico. Essa gente jovem – entre os 20 e 21 anos – é operária ou é filho de camponês e muitos já não retornam à terra ficando pelas grandes cidades. É conhecido que as juventudes sindicalistas – as organizações de juventude do sindicalismo – engrossam, nessa altura, enormemente e que a influência partidária nessas organizações é forte. Primeiro está tudo unido, porque vive-se o unanimismo e entusiasmo com a revolução social que pode vir af. As juventudes sindicalistas agrupam uns largos milhares. Mas uma das primeiras cisões que se opera entre anarquistas e comunistas é

justamente na juventude – José de Sousa, salvo erro, protagoniza essa cisão. Portanto, criam-se as juventudes comunistas. E são, notoriamente, um dos grupos radicais militantes mais activos, na organização operária, nos sindicatos ou na sua própria organização de juventude ou em manifestações mais fraccionadas, a legião vermelha – a legião vermelha eram jovens –, nas listas de presos que estão no Limoeiro, que protestam e fazem declarações de vingança, de justiça final, bombástica, etc. Os jovens, nomeadamente os que tinham feito a experiência da guerra, são uma vanguarda agitadora, activista, muito forte nesse período logo imediatamente a seguir.